



ASPECTOS DESTACADOS PARA UMA EPISTEMOLOGIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO

Sessão Temática: 1 Questões teóricas e metodológicas do desenvolvimento

RESUMO

O presente texto é resultado de pesquisas em torno de uma epistemologia política do desenvolvimento. Seu objetivo é compreender as múltiplas variáveis teóricas e conceituais constitutivas da terminologia desenvolvimento, advindos da economia política e imbricadas em práticas e ações de ordem geopolítica, local e regional na atualidade. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de livros e artigos científicos que se apresentam como referências relevantes para o debate. Os resultados finais da pesquisa apontam para a ambivalência dos discursos sobre desenvolvimento, que em determinados momentos se apresenta como utopia e, outros como ideologia. Em ambos os casos é imprescindível reconhecer a força mobilizadora das energias sociais a partir de discursos e propostas de desenvolvimento em âmbito local, regional e, até mesmo geopolítico.

Palavras-chave: Epistemologia; Política; Utopia; Ideologia; Desenvolvimento.

ASPECTOS METODOLOGICOS

A metodologia utilizada ao longo da pesquisa foi a bibliográfica, a partir de revisão de literatura, de livros e artigos científicos que se apresentam como referências relevantes para desenvolvimento da pesquisa e, do debate proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A utopia moderna do desenvolvimento.



A modernidade pode ser definida a partir de inúmeras perspectivas analíticas, teóricas e conceituais. Entre estas definições, está a consagrada definição que apresenta a modernidade como aposta na razão técnico-científica em vista do progresso humano e social. Considerando a pertinência e a validade da definição acima apresentada, se trata nesta investigação de procurar estabelecer uma definição ancorada especificamente em um dos campos científicos inaugurados pela modernidade, a economia política.

No contexto da investigação científica promovida pelas várias escolas da economia política, a modernidade pode ser definida como racionalidade, a partir da qual se elaboraram utopias políticas e econômicas, que visavam demonstrar a partir de relatos fictícios de cidades e povos governados cientificamente, o grau de desenvolvimento alcançado por tais experiências societárias. “A forma utópica propriamente entendida pertence integralmente ao Moderno, ainda que isso não exclua, de modo algum, que, em determinados momentos, ela se *confunda* com a própria dimensão profética que a possa caracterizar.” (Cacciari, 2016, p. 95).

As utopias políticas e econômicas modernas surgem e se constituem a partir do século XVI, num contexto de transição do modo de produção feudal ao mercantilismo, marcado por revoluções na produção agrícola com a introdução de novos métodos de cultivo e consequente aumento da produção; na intensidade e extensividade do comércio; no aumento e retomada das cidades; no aumento demográfico e suas demandas urbanas, educacionais e sanitárias, entre outras. Estava em curso um conjunto de revoluções, que situavam no centro da praça pública a primazia do social e da economia¹ em relação à política. Ou seja, a política passa a ser conduzida a partir dos interesses hegemônicos da economia.

¹ Hannah Arendt na obra, “A Condição Humana” (1991), situa a modernidade como emergência do social e, com ela da economia na gestão estatal da vida biológica de indivíduos e populações. “Desde o advento da sociedade, desde a admissão das atividades caseiras e da economia doméstica à esfera pública, a nova esfera tem-se caracterizado principalmente por uma irresistível tendência de crescer, de devorar as esferas mais antigas do político e do privado, bem como a



As utopias² são filhas das revoluções que se estabelecem em períodos de crise, de transição societária. Suas origens se encontram na transição do mundo medieval para o mundo moderno. Sua finalidade é projetar novas visões de mundo, demonstrar racionalmente a necessidade de superação da crise em curso, bem como as possibilidades objetivas de afirmação das bases de uma nova visão de mundo, de alternativas de organização social, política e econômica, bem como de modos de subjetivação articulados aos novos desafios.

Irreais, as utopias? Logicamente “inconsistentes”? De maneira nenhuma; são pensadas como *horizontes* possíveis de processos históricos concretos.” Abstratamente separadas da realidade tangível? Não; amadurecidas pela sua observação estreitamente ligadas a fatores e sujeitos intrínsecos ao seu desenvolvimento. Elas funcionam, por isso, como paradigmas tangíveis, fatores decisivos dos processos que julgam determinantes e que incitam a determinar. (Cacciari, 2016, p. 95).

Sob tais pressupostos, as utopias modernas³ se apresentam como expressão da racionalidade econômica e política na busca pela constituição de formas de interpretação dos fenômenos naturais, humanos e sociais necessários à afirmação de uma cosmovisão moderna alicerçada no controle

esfera mais recente da intimidade. [...] A esfera privada da família era o plano no qual as necessidades da vida, da sobrevivência individual e da continuidade da espécie eram atendidas e garantidas”. (ARENDT, 1991, p. 55).

² Entre as principais utopias políticas e econômicas modernas encontram-se: “A Utopia, ou Tratado da melhor forma de governo” do pensador inglês Thomas More (1478-1535). “Quando escreveu esta obra, que teve enorme sucesso em sua época, a caça as bruxas e o suplicio na fogueira convivem com castigos sangrentos infligidos aos vagabundos. As regras são invertidas na República de Utopia: ali se prescreve não prejudicar ninguém em nome da religião. (...) é Rafael Hitlodeu, personagem imaginário, que More confia a exposição dos costumes e das instituições dos utopianos. Esse viajante cheio de ciência e experiência é, assim, principal interlocutor da conversa que constitui o pretexto para a obra. Mas esse artifício literário não deve confundir o leitor: Rafael é o porta-voz de Thomas More, e sua insistência em descrever os benefícios da paz e os horrores da guerra (...)” (Huissman, 2000, pp.562/563). Francis Bacon (1561-1626) é autor da utopia intitulada: “Nova Atlântida”. “Uma viagem imaginária (...), que tem valor de metáfora, termina na descoberta de uma ilha do Pacífico, chamada Bensalém, na qual há um Colégio dedicado à busca do conhecimento e ao estudo de suas aplicações; em outras palavras, na qual está instaurado, com todo o respeito que lhe é devido, um Instituto de Ciências e Técnicas. Isto porque, para Bacon, a filosofia teórica só tem interesse se acompanhada por uma filosofia prática; assim também, para ele, a reforma do entendimento passa pela reforma da sociedade. (Huissman, 2000, p.398).

³ É importante atentar para o comentário de Cacciari sobre as utopias de More e Bacon especificamente: “É evidente que para Thomas More não se trata de fundar Utopia, ou para Francis Bacon, a Nova Atlântida. Para ambos, trata-se de elaborar ideias reguladoras, ou melhor, de instituir *paradigmas*” (Cacciari, 2016, p. 95)



e domínio da ambivalência⁴. Na afirmação da previsibilidade dos fatos, dos acontecimentos e comportamentos humanos e sociais. Na pretensão de domínio da contingencialidade dos fenômenos humanos. Se estabelece a crença de que o controle, o domínio racional das variáveis acima apresentadas conduziria necessariamente as sociedades humanas rumo ao progresso material, científico e tecnológico e, por decorrência afirmaria o desenvolvimento humano e social.

(...) a utopia moderna se apresenta, ao contrário, como uma construção racional, precisamente em suas indagações paradoxais (...). A utopia é essencialmente a ideia de um *evolwer-se* da história em direção a um futuro, se não precisamente calculável, com certeza, paradigmaticamente válido, em sua imagem, a orientar o agir presente. Futuro que o homem é considerado capaz de perseguir e alcançar obedecendo substancialmente a nada mais que a própria razão e a própria *natureza*. (Cacciari, 2016, p. 95)

O futuro almejado pelas utopias modernas é a afirmação, sobre bases racionais, técnico-científicas, do progresso, do desenvolvimento humano. “Em primeiro lugar, parece-nos que a introdução de notáveis descobertas ocupa de longe o mais alto posto entre as ações humanas.” (BACON, Aforismo CXXIXM, 1973, p. 92). O ser humano afirma-se como senhor de si mesmo e da natureza. Dela serão extraídas riquezas, matérias-primas. Fornecerá fontes de energias, bem como compostos físico-químicos que manipulados pela ciência produzirá novos elementos que se constituirão em objetos sintéticos não presentes na natureza, bem como permitirá intervir na dinâmica de manifestação da vida de animais e vegetais, senão da própria vida humana. Tudo isto em vista da garantia do ininterrupto progresso e, mais recentemente do desenvolvimento humano e social.

⁴ Podemos dizer que a existência é moderna na medida em que é produzida e sustentada pelo *projeto, manipulação, administração, planejamento*. A existência é moderna na medida em que é administrada por agentes capazes (isto é, que possuem conhecimento, habilidade e tecnologia) e soberanos. Os agentes são soberanos na medida em que reivindicam e defendem com sucesso o direito de gerenciar e administrar a existência. O direito de definir a ordem e, por conseguinte, pôr de lado o caos como refúgio que escapa à definição. A prática tipicamente moderna, a substância da política moderna, do intelecto moderno, da vida moderna, é o esforço para exterminar a ambivalência: um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo que não poderia ser ou não fosse precisamente definido. (Bauman, 1999, p. 15).



Engendrar e introduzir nova natureza ou novas naturezas em um corpo dado, tal é a obra e o fito do poder humano. E a obra e o fito da ciência humana é descobrir a forma de uma natureza dada ou a sua verdadeira diferença ou natureza naturante ou de fonte de emanção (...). A estas empresas primárias subordinam-se duas outras secundárias e de cunho inferior. A primeira é a transformação de corpos concretos de um em outro, nos limites do possível; a segunda, a descoberta de toda geração e movimento do *processo latente*, contínuo, a partir do agente manifesto até a forma implícita e descobrir, também, *esquematismo latente* dos corpos quiescentes e não em movimento.” (BACON, Aforismo I, 1973, 99).

Sob tais pressupostos, é no contexto da conformação da economia política moderna, em suas pretensões de cientificidade sobre o trabalho, a produção, a distribuição e o consumo dos bens e da riqueza socialmente produzida, que se estabelecem prerrogativas antropológicas e sociais que conformarão a utopia do livre mercado como condição *par excellence* de afirmação da utopia do progresso e, do desenvolvimento. Para afirmação da utopia do livre mercado como fundamento da utopia do progresso e do desenvolvimento, é imperativo articular uma interpretação antropológica e social, a partir da ciência da economia. Ou dito de outra forma, da economia-política como ciência. E é aqui que encontramos o filósofo da moral Adam Smith e a afirmação do mercado, que segundo Rosanvallon interpretando as ideias de Adam Smith, apresenta a seguinte análise:

Não é mais simplesmente um lugar particular e localizado de trocas é toda a sociedade que constitui o mercado. (...) é um mecanismo de organização social mais que um mecanismo de regulação econômica. Para Smith, o mercado é um conceito político e sociológico, e é apenas como tal que tem uma dimensão econômica. Com efeito, concebe as relações entre os homens como relações entre mercadorias, definindo a nação como sistema de necessidades. (...). Smith não faz apologia do capitalismo nascente, não dissimula as relações entre os indivíduos por detrás das relações entre as mercadorias, não reduz a vida social às atividades econômicas: pensa a economia como fundamento da sociedade e do mercado como operador da vida social. (ROSANVALLON, 2002, p. 87).

A utopia moderna do livre mercado como condição do progresso e do desenvolvimento parte de uma concepção antropológica pragmática. O humano é um ser que calcula as suas ações e



relações com os demais seres humanos, com a sociedade com vista à obtenção de condições favoráveis à manutenção e expansão de suas condições materiais de vida. O *homo oeconomicus* de Smith não se reduz a um ser meramente calculista e, utilitarista no conjunto das relações humanas e naturais. Nesta direção, observemos a seguinte consideração de Robert Nisbet: Quando os amigos ou inimigos de Smith se referem a seu entusiasmo pela competição e pela livre empresa, frequentemente omitem a frase essencial: “enquanto observar a regra da justiça”. (NISBET, 1985, p. 199). Mas, tem ciência de que a ação em vista a seu interesse próprio necessita levar em consideração condições sociais adequadas para que a liberdade de ação econômica (mercado) possa ocorrer de forma equânime, equilibrada preservando a liberdade dos indivíduos. “(...) não concebe os direitos de propriedade como simples relações entre os homens e as coisas, mas como relações codificadas entre os homens que se referem ao uso das coisas. Para Smith, o ser do homem e seu poder se identificam com a sua propriedade. O homem só é livre como proprietário.” (ROSANVALLON, 2002, p. 88).

De sua concepção antropológica resulta sua concepção de sociedade. Trata-se de uma sociedade fundada na primazia das relações econômicas, sobre as questões políticas. A liberdade de mercado enseja a organização social, estabelece as classes sociais e a dinâmica de suas relações de produção e consumo. Assim, quanto maiores forem as garantias de desterritorialização e exercício da liberdade de mercado, maiores serão as condições de possibilidade do desenvolvimento humano e social. Ou dito de outra forma, a utopia de mercado determina o desenvolvimento humano e social. “Esta representação da sociedade como mercado não é simplesmente estática, é dinâmica. O mercado não estrutura somente a sociedade, é também o meio e o fim do seu desenvolvimento.” (ROSANVALLON, 2002, p. 91).

A ideologia do desenvolvimento



A utopia do progresso constituída no contexto da economia-política moderna se apresentou no século XX como ideologia⁵ do desenvolvimento. A concepção de ideologia que norteia este debate concebe-a como conjunto de ideias, práticas, valores, propostas de ação, que se apresentam hegemônicas num determinado contexto histórico, político, social e econômico, como norteador da ação de indivíduos, povos e países. “Assim, uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas *o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu processo de enunciação.*” (ZIZEK, 1996, p.13).

A afirmação de uma ideologia ocorre quando se constitui uma cosmovisão que orienta a vida dos indivíduos e sociedades sobre pressupostos de controle individual e, por decorrência de dominação social, sem que tal condição seja percebida, ou mesmo questionada pelos grupos humanos submetidos a tais condições de controle, dominação e expropriação de sua visão de mundo. A eficácia de uma ideologia é manter sob a ausência de qualquer fundamento uma utopia que oriente a visão de mundo, as expectativas, as apostas, a ação, os processos de subjetivação de comunidades, povos e países, fazendo com que os indivíduos desconsiderem o contexto de dominação em que se encontram inseridos.

Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – “verdadeiro ou falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração” de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta.* Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade.*” (ZIZEK, 1996, p.13).

⁵ Para maiores aprofundamentos em torno do desenvolvimento como ideologia indicamos o artigo: BAZZANELLA, Sandro Luiz; GODOI, Cintia Neves; MARCHESAN, Jairo; TOMPOROSKI, Alexandre Assis . **Desenvolvimento: conceito ou ideologia?** Revista Desenvolvimento em Debate. v.10, n.1, jan.-abr. 2022, p.57-79. Disponível no link: https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_alexandre_tomporski.pdf



Nas primeiras décadas do século XX, nos deparamos com os limites da utopia do progresso, gestada e articulada pela economia-política moderna, que alicerçada nos avanços técnicos e científicos e produtivos, alimentavam a utopia do contínuo e ininterrupto desenvolvimento. As contradições da utopia do progresso se apresentavam em seus efeitos colaterais, entre eles: o imperialismo dos estados europeus sobre a África, sobre o Oriente Médio, sobre regiões da Ásia e América Latina. Destruição intensiva e extensiva da natureza. Constantes crises econômicas. A brutal desigualdade econômica e social entre os povos e, no auge destes fenômenos a eclosão de duas guerras europeias (que muitos chamam de mundiais), que colocaram em campo de batalha avanços científicos e tecnológicos que dizimaram milhões de vidas. Fenômeno brutal até então não presenciado na trajetória humana. Tal condição pavorosa, advinda da utopia do progresso culminou com as bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki. Definitivamente nos deparamos com os riscos de uma racionalidade econômica, técnico-científica modernas, que em sua condição instrumental contaminam a ação humana, suas formas de relação consigo mesmo, como as outras formas de vida presentes na natureza, com os demais comunidades humanas e povos.

Na quadra histórica do Pós Segunda Guerra Mundial, a utopia do progresso, inviabilizada pelas suas contradições, se constitui em ideologia do desenvolvimento. Mais especificamente a ideologia do desenvolvimento foi apresentada ao mundo, a partir do discurso de 20 de janeiro de 1949 do presidente estadunidense Harry S. Truman, também conhecido como “Discurso sobre o estado da União” em que se anuncia no ponto IV do mesmo a proposta do desenvolvimento. A ideologia do desenvolvimento dissemina a ideia de que os conflitos, as guerras, a destruição de povos e países seriam efetivamente superados quando as desigualdades de desenvolvimento entre povos e países fossem superadas. Ideologicamente pretende-se justificar a barbárie da 1ª e 2ª Guerra Mundial a partir da constatação da existência de povos subdesenvolvidos.

Sob tais pressupostos, a afirmação da ideologia do desenvolvimento requer que povos e países passem a reconhecer sua condição subalterna, subdesenvolvida. Ou seja, a ideologia do desen-



volvimento surge com conotações totalitárias, na medida em que impõe sobre povos e países em suas singularidades locais e regionais, critérios unilaterais para definir o que é um país desenvolvido. A partir de então, desenvolvimento é o estado, ou condição do país que demonstra capacidade de articular seus recursos materiais e humanos para a constituição de uma sociedade de plena produção e consumo. O crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) é o critério de aferição do grau de desenvolvimento. Países desenvolvidos serão considerados os que possuem os maiores PIB's em escala mundial. Ato contínuo, povos e países que não se enquadravam na lógica do crescimento econômico definido pelo capital sob a égide da ideologia do desenvolvimento passaram imediatamente a ser classificados como “subdesenvolvidos”.

El adjetivo “subdearrollado” aparece al comienzo del primer párrafo del “Punto IV”. Es la primera vez que se utiliza en un texto destinado a una difusión semejane como sinónimo de “regiones economicamente atrasadas”(...). Esta *innovación terminológica* modifica el sentido del término “desarrollo”, introduciendo una relación inédita entre “desarrollo” y subdesarrollo. (RIST, 2013, p. 93)

Assim, num primeiro movimento a ideologia do desenvolvimento impõe sobre parte significativa dos povos da terra um critério de exclusão da condição de desenvolvidos. “Los distintos usos de la palabra tienen en común que presentan al “desarrollo” – conforme a la tradición occidental del concepto – como un fenómeno intransitivo que, simplemente, “se produce” sin que se pueda cambiar nada en él. (RIST, 2013, p. 93). Por seu turno, os povos excluídos da condição de desenvolvidos, sobretudo no Ocidente (povos euroasiáticos sob orientação da extinta União Soviética, bem como China, Cuba, entre outros países de orientação socialista recusam a ideologia do desenvolvimento capitalista), passam a aceitar e, concomitantemente impor ao seu povo a aceitação de seu estado de subdesenvolvimento. Tratava-se para a ideologia do desenvolvimento, de impor aos povos e países ditos subdesenvolvidos a condição de subalternidade, senão de incapacidade de alcançar o modelo de desenvolvimento preconizado e vivenciado pelos povos e países desenvolvidos.



A ideologia do desenvolvimento também tem a pretensão de aniquilar a memória inscrita na carne e na história dos povos subdesenvolvidos, a violência perpetrada pelos colonizadores na forma da extração, da rapina dos recursos naturais, bem como da riqueza produzida na colônia à custa de extensivo uso e abuso do trabalho escravo. Tratava-se de higienizar da memória dos colonizadas a violência perpetrada pelo regime de acumulação de capital conduzida pelas metrópoles e, que permitiu o alcance da condição de povos desenvolvidos. Sob tais pressupostos, é preciso ter presente que a ideologia do desenvolvimento se fundamenta na violência física, material, simbólica dos desenvolvidos sobre os nomeados de subdesenvolvidos. Nesta perspectiva argumenta Theotônio dos Santos:

A teoria do desenvolvimento passou a constituir uma disciplina acadêmica no pós-guerra, nos anos 50. Esta data não é acidental. Nesses anos emergiu o movimento de libertação nacional nas colônias e as empresas norte-americanas e de outros centros capitalistas começaram a investir maciçamente nos países dependentes. Para responder ao desafio revolucionário no mundo colonial (quer para os que queriam impulsioná-lo, quer para os que queriam combatê-lo) e para estabelecer em países relativamente atrasados uma economia industrial, era necessário conhecer mais pormenorizadamente os mecanismos do desenvolvimento econômico. (SANTOS, 1991, p. 14)

Aos povos e países que assimilaram sua condição de subdesenvolvidos a ideologia do desenvolvimento eficazmente sugeriu que abandonassem suas pretensões de constituição de projetos de desenvolvimento nacional. Tais projetos de desenvolvimento nacional, quando implementados aprofundavam as contradições sociais. Intensificavam a luta de classes. Impediam o capital de fazer investimentos em razão das instabilidades políticas, sociais e institucionais dos países subalternos. A solução para estas instabilidades institucionais e sociais foi nos países da América Latina a promoção de golpes militares de Estado que garantissem os interesses das elites oligárquicas nacionais subservientes ao capital internacional estrategicamente comprometida com o desenvolvimento nacional. Sobretudo, no caso do Brasil Theotônio dos Santos assim argumenta: “Sob esta inspiração



armaram-se os golpes militares institucionais apoiados na doutrina de segurança nacional que identificava a ação contra-insurgente com as tarefas de desenvolvimento econômico e modernização sócio-política, com a ajuda da Aliança para o Progresso e com reformas sociais instituídas sob o controle militar.” (SANTOS, 1991, p. 206).

Sob tais pressupostos, a ideologia do desenvolvimento dissemina a ideia de que o subdesenvolvimento é uma condição transitória que requer a assimilação do receituário advindo dos países desenvolvidos. Ou seja, a referida ideologia difunde uma filosofia da história marcada pelo determinismo do desenvolvimento. Os povos estão condenados pela marcha da história a alcançar o desenvolvimento, desde que sigam as orientações, as exigências dos povos desenvolvidos. Assim, a ideologia do desenvolvimento é apresentada como uma utopia a orientar e mobilizar os esforços, as expectativas, as demandas de povos, países pelo alcance do desenvolvimento. A ideologia limita, senão inviabiliza questionamentos que desestabilizassem a arquitetura do sistema de exploração e expropriação dos povos subalternos, entre eles: O que é desenvolvimento? Quais os critérios que definem o que é desenvolvimento? O que é subdesenvolvimento? Qual a origem e finalidade desta conceituação? Quais suas implicações políticas e sociais?, entre outros questionamentos possíveis.

*El “desarrollo” toma entonces un sentido transitivo (el de una acción ejercida por un agente sobre alguien distinto a el) correspondiendo a un principio de organización social, mientras que el “subdesarrollo” será considerado como un estado que existe “naturalmente”, es decir, sin causa aparente. (...). La nueva dicotomía “desarrollados/subdesarrollados” propone na relación diferente conforme a la nueva Declaración Universal de los Derechos Humanos y a la progresiva mundialización del sistema estatal. La antigua relación jerárquica de las colonias sometidas a su metrópole es sustituida por un mundo en el que todos (los estados) son iguales en derecho, aunque no lo sean (todavía) de hecho. El colonizado y el colonizador pertenecen a dos univeros no solo distintos, sino incluso opuestos y, para reducir la diferencia, el enfrentamiento –la lucha de liberación nacional – parece inevitable. (...). En el plano conceptual, el nuevo binômio “desarrollo/subdesarrollo” introduce la idea de una *continuidade “sustancial”* entre los dos términos que solo se diferecian relativamente entre si. El estado de “subdesarrollo” no es el inverso del “desarro-*



llo”, sino su forma aún inacabada o, para mantermos en la metáfora biológica, “embrionária”; en estas condiciones, uma aceleración del crecimiento aparece como el único método para colmar la diferencia. (RIST, 2013, p. 94)

A força de uma ideologia também pode ser avaliada pela sua capacidade de se metamorfosear, de constante disseminação de explicações, de ofertar variações interpretativas, de sugerir ações. Enfim de manter no horizonte a crença na utopia. Assim, a ideologia do desenvolvimento ao longo das décadas transita dos receituários de desenvolvimento aos povos subdesenvolvidos via agência internacional (ONU, Bando Mundial, FMI, OMC, entre outras), para a responsabilização, a partir dos anos 1970 dos países subdesenvolvidos pelo seu desrespeito aos direitos humanos, à democracia e, por decorrência destas precariedades se apresentam os baixos índices de desenvolvimento humano e social. Ou seja, o alcance da utopia do desenvolvimento é responsabilidade de povos e países na medida em que se comprometam com a defesa da democracia, com a defesa dos direitos humanos, com os direitos civis e sociais, ao mesmo tempo direitos que as potências mundiais não titubeiam em ignorar e violar, sobretudo em povos e países considerados como periféricos.

Ao final dos anos 1980 diante da globalização do capital, a ideologia do desenvolvimento espacializa a utopia do desenvolvimento. Trata-se de mobilizar a vitalidade, as energias das comunidades locais e regionais em busca do desenvolvimento, por meio de inovações, de ações empreendedoras que possam potencializar a dinâmica do capital presente e articulado em âmbito local, regional e global como forma de afirmar estratégias de desenvolvimento. No início dos anos 2000, à espacialização local, regional, territorial da ideologia do desenvolvimento é acrescentado os “objetivos do desenvolvimento do milênio”. A ideologia do desenvolvimento pulveriza o debate, as iniciativas de desenvolvimento num conjunto de objetivos que pretensamente se apresentam comprometidos com a sustentabilidade.

Estas variações da ideologia do desenvolvimento ao longo da segunda metade do século XX e, primeiras décadas do século XXI, demonstram a efetividade desta ideologia em higienizar a



violência, a exploração, os conflitos entre colonizadores e colonizados; de responsabilizar os nomeados povos subdesenvolvidos pela sua condição subalterna; de socializar com os povos do mundo a destruição humana e ambiental promovida pela lógica do capital que fundamenta e dissemina a ideologia do desenvolvimento.

Considerações finais: neoliberalismo e desenvolvimento

A questão que pretendemos colocar em debate nestas considerações finais, a luz dos argumentos acima apresentados, assim se apresenta: A ideologia (utopia) do desenvolvimento ainda se justifica num contexto de hegemonia do neoliberalismo? Para colocar em debate tal condição, trata-se nos limites destas considerações finais de apresentar uma definição de neoliberalismo suficiente para ensejar argumentos implicados no referido debate. A acuidade conceitual é condição *sine qua non* para a qualificação dos argumentos, bem como para a compreensão dos fenômenos sociais em análise e, sobretudo para orientar a ação comum em relação as contradições, paradoxos, mas também potencialidades do tempo presente.

Sob tais pressupostos, inicialmente é imperativo reconhecer que o conceito de neoliberalismo é portador de um intenso e, extenso percurso histórico ao longo do século XX à atualidade, que em função dos limites deste trabalho não abordaremos. Aterremo-nos a perquirir aspectos que consideramos centrais na conformação do conceito e, que auxiliam na análise das condições de possibilidade da ideologia do desenvolvimento.

O neoliberalismo pode ser inicialmente definido com uma teoria da economia-política, que prega no plano econômico a liberdade de mercado como forma de promover o desenvolvimento humano e social. Dissemina a crença de que a não interferência estatal nos rumos da economia em sua dinâmica privada, empresarial, corporativa tende a promover condições virtuosas para investimentos produtivos, para a geração de empregos, para o fomento equitativo do desenvolvimento



global de povos e países. Neste contexto, o Estado se reduz a uma agência garantidora dos contratos de livre circulação e, de acúmulo de capital vinculado a economia financeirizada global. Noutra direção, mas convergente com a lógica do livre mercado, da liberdade da economia, o Estado no plano social e, político é reduzido a condição de Estado securitário, provedor de serviços públicos básicos às massas populacionais, bem como garantidor da ordem e da segurança pública diante das demandas de significativas parcelas da população. Afinal, o capital desterritorializado somente pode promover desenvolvimento em condições de estabilidade política e segurança social.

Así, no es en absoluto irrelevante que se lo securitário lo que triunfa con el neoliberalismo (...), lo securitário corresponde al arbitraje exclusivo del Estado. Se trata em realidade de una orientación fundamental (...). Esta orientación surge de una única racionalidade: el neoliberalismo. Em su principio mismo, a concentrar la realidade del poder en manos de los actores económicos más poderosos en detrimento de la massa de los ciudadanos, la razón política neoliberal somete a la población a la inseguridad y procede a disciplinarla, desactiva la democracia y fragmenta la sociedad. (Laval; Dardot, 2017, p.11)

Mas, o neoliberalismo não é apenas uma proposta econômica financeirizada e desterritorializada assentada no livre mercado, na hegemonia da economia sobre a política. É, sobretudo um sistema normativo e um modo de subjetivação. Sua plena operacionalidade requer a plena atomização dos indivíduos, o definhamento da esfera pública, da ação política comum, bem como a redução da concepção de democracia representativa à liberdade dos indivíduos expressarem livremente suas opiniões, em redes sociais e plataformas virtuais. Ou seja, democracia é sinônimo de opinião pública paradoxalmente privada. O neoliberalismo ao circunscrever a otimização dos indivíduos às esferas da produção e do consumo sugere-lhes que o alcance do sucesso profissional, financeiro e social é resultado de sua disposição de tornar-se empresário de si mesmo, de assumir atitude empreendedora diante da vida, das relações humanas, sobretudo no ambiente profissional e de negócios. Ou seja, a vida individual é capturada pelo capital e transformada em “capital humano” e, por extensão a vida social transforma-se em “capital social”. “Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma



ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.” (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Diante do exposto é imperativo reconhecer que a ideologia do desenvolvimento se mantém atuante como utopia do desenvolvimento, agora mobilizando os anseios, as expectativas dos indivíduos capturados pelos dispositivos do capital e, existencialmente e socialmente reduzidos à condição de capital humano lançados nos desafios de tornarem-se empresários de si mesmos, empreendedores a serviço da lógica neoliberal de acumulação desterritorializada global da riqueza socialmente produzida. Assim, a ideologia (utopia) do desenvolvimento outrora nacional, substituída pela ideologia (utopia) do desenvolvimento humano e social, local, regional e territorial e, atualmente pulverizada nos “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” com vista a socialização dos esforços de sustentabilidade da vida ameaçada no planeta mantém sua vitalidade e cumpre sua função nos marcos da cosmovisão neoliberal.

Portanto, no marco do neoliberalismo, a ideologia (utopia) do desenvolvimento se apresenta em toda sua ambivalência. Por um lado uma ideologia destituída pelo capital de suas possibilidades de ensinar nos povos a afirmação de projetos de desenvolvimento nacional, ou mesmo local e regional que promovessem a condição humana e social. Por outro lado, uma ideologia (in)conveniente no que concerne a promoção da sustentabilidade, na medida em que pode contribuir para o reconhecimento das responsabilidades do capital diante da destruição ambiental, mas que por outro lado também pode ensinar movimentos de resistência em relação a lógica (des)humana e agressiva do capital em relação a vida.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA



Esta pesquisa estabelece relação com a sessão temática, pois aborda questões teóricas vinculadas a uma epistemologia política do desenvolvimento, abordando o desenvolvimento como utopia moderna e como ideologia no contexto do neoliberalismo na contemporaneidade.

REFÊRENCIAS.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; pós-fácio de Celso Lafer. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BACON, Francis. **NOVUM ORGANUM OU VERDADEIRAS INDICAÇÕES ACERCA DA INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA**. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1973.

_____. **AFORISMOS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA E O REINO DO HOMEM, Livro II** Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1973.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; GODOI, Cintia Neves; MARCHESAN, Jairo; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Desenvolvimento: conceito ou ideologia?** Revista Desenvolvimento em Debate. v.10, n.1, jan.-abr. 2022, p.57-79. Disponível no link: https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_alexandre_tomporski.pdf

CACCIARI, Massimo. **GRANDEZA E CREPÚSCULO DA UTOPIA**. (In) CACCIARI, Massimo; PRODI, Paolo. **OCIDENTE SEM UTOPIAS**. Tradução Íris Fátima da Silva Uribe; Luis Uribe Miranda; Flavio Quintale. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **LA PESADILLA QUE NO ACABA NUNCA: El neoliberalismo contra la democracia**. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2017.

HUISMANN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



NISBET, Robert. **História da ideia de progresso.** tradução de Leopoldo José Collor Jobin. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ROSSANVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico: história da ideia de mercado.** Tradução Antonio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

SANTOS, Theotonio Dos. **DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO CAPITALISMO DEPENDENTE** Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 1991.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.